



## **INCLUSÃO DIGITAL E CIDADANIA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO**

Antônia de Araújo Farias

Universidade Estadual da Paraíba-UEPB [antoniaafarias@gmail.com](mailto:antoniaafarias@gmail.com)

### **Resumo**

O presente artigo apresenta uma reflexão sobre o direito de acesso e uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação-TDICs, entendida como um direito à cidadania digital, condição necessária à inclusão social na Sociedade do Conhecimento e da Informação. Se trabalha aqui com a hipótese de que a cidadania digital é hoje uma das várias nuances da inclusão social em uma sociedade cada vez mais cibernética. A cibercultura como uma das mais recentes formas de cultura nas sociedades modernas atuais criou a necessidade de um cidadão hábil para o acesso ao conhecimento e à informação disponível em redes virtuais. A inclusão digital se transformou em condição fundamental para a democratização do conhecimento cada vez mais disposto em redes virtuais conectadas por todo o mundo. Nesse sentido, pretende-se socializar preocupações comuns sobre a falta de acesso, ou o acesso restrito dos cidadãos em geral, a essas novas tecnologias e que papel pode desempenhar o Estado através da Educação no processo de Inclusão Digital dos seus cidadãos, seja através de políticas específicas de inclusão digital seja através da Escola, principal agência de transmissão da cultura moderna. O método de investigação aqui adotado foi basicamente o da pesquisa bibliográfica e documental que favoreceu a análise do tema em questão. Al final se pode perceber que a inclusão digital parcial ou plena tem caindo sobre a responsabilidade mais do cidadão do que do Estado, comprometendo bastante esse tipo de cidadania para aquela população que não pode pagar por essa cidadania.

Palavras-chave: Sociedade em Rede, Cibercultura, Inclusão Digital, Inclusão Social, Cidadania Digital, Cidadão Cibernético.





## Introdução

Para se analisar a sociedade podemos atualmente dividi-la em três partes: estrutura social, política e cultural. Na primeira parte podemos analisar aspectos como economia, tecnologia e sistema de trabalho, nesse sentido as sociedades modernas buscam otimizar seus recursos ao máximo e objetivam o desenvolvimento. Na segunda parte podemos analisar aspectos relacionados à regulação do exercício do poder, é onde localizamos a esfera da participação do povo, ou seja, é a esfera onde se vive a democracia. E na terceira parte podemos analisar aspectos como os significados que os sujeitos atribuem a suas experiências sociais e individuais, é a esfera da realização do sujeito (DANIEL BELL, 1976).

As sociedades de classes, desde suas mais remotas origens, estiveram sempre marcadas por questões que produziram desigualdades sociais, políticas e culturais entre os membros de uma mesma sociedade ou sociedades vizinhas. Por sua vez, sempre geraram injustiças de todo tipo e causaram muitos conflitos internos e externos, produzindo lutas dos povos oprimidos frente às injustiças praticadas pelas classes opressoras. Na Idade Antiga, Idade Média e Idade Moderna tivemos grandes ícones de opressão. Na Idade Antiga o Império Romano foi um ícone de opressão, já na Idade Média tivemos como ícones tanto a força da Igreja Católica quanto a força da nobreza. Inauguramos a Idade Moderna no século XV como possibilidade de uma nova sociedade.

Porém, vivemos em uma sociedade capitalista imersa em suas contradições ontológicas. A primeira delas é a de pensarmos que o sistema capitalista é um sistema econômico eficaz. Pensamos que o nosso sistema político baseado em uma Democracia liberal é igualitário e por último vivemos alimentados pela ideia de que o sistema capitalista possibilita nossa auto-realização porque respeita nossas liberdades individuais e possibilita nosso desenvolvimento humano. Quando essas contradições são postas à prova através da realidade vivida no dia a dia a tensão emerge e os conflitos se estabelecem. Esse fato vem modelando as sociedades ocidentais pelo menos há 150 anos (DANIEL BELL, 1977)

Espantosamente, essas contradições têm dado às sociedades modernas uma condição ímpar favorável ao um desenvolvimento que as fazem chegar aos nossos dias como sociedades tecnologicamente avançadas cujas contradições se movem de modo tão complexo e se inter-relacionam de tal maneira que continuamos embebidos dessa contradição amargando todas as consequências e não conseguimos superar tal condição. É um modelo de sociedade que conseguiu

desenvolver um nível muito avançado e ao mesmo tempo desigual de tecnologia em que essas contradições se mostram ora de modo intenso, ora de modo atenuado como algo que muda de cor constantemente. Algo que não conseguimos enxergar com precisão ou captar plenamente.

Nesse jogo de percepção difusa vamos disfrutamos um certo conforto nas atividades do dia a dia, antes muito árduas, mas que com as novas tecnologias nos facilita a vida. Porém, vemos ao mesmo tempo que nem todos podem se utilizar de todo potencial tecnológico produzido pela sociedade e quando podem também o fazem de forma parcial de acordo com a condição social, política e cultural que disfrutam na sociedade. As desigualdades de consumo emergem de toda parte na relação entre países ricos e países pobres, entre cidades mais desenvolvida e menos desenvolvidas de um mesmo estado, entre cidadãos.

Agora vivemos um momento de desigualdade gerada pela falta de condições de inserção plena de todos em uma nova forma de ser de nossa sociedade: uma sociedade tecnologicamente avançada que emprega em suas formas de produzir-se materialmente e simbolicamente as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação. Na sociedade atual temos quase tudo conectado à internet. Estamos cada vez mais dependentes dessas tecnologias. Nosso principal problema hoje, com relação ao uso das tecnologias que estão disponíveis, é não termos acesso pleno nem sabemos utilizar-las plenamente.

Essa é uma realidade presente em todas as sociedades do mundo, seja em sociedades ricas ou pobres. A questão é que nas sociedades ricas e desenvolvidas as pessoas usufruem mais dessas tecnologias devido o grau de educação que adquirem os cidadãos e devido a condição financeira que têm, o que não ocorre nas sociedades mais pobres e em processo de desenvolvimento, onde tudo ocorre de modo mais lento e precário.

Porém, se seguimos vivenciando essa realidade sem se quer compreendê-la com mais profundidade podemos cair em armadilhas que em nada nos ajuda a superar as dificuldades que se nos apresentam dia após dia como é o caso de nos incluímos nessa nova forma de ser sociedade ou de continuarmos a amargar seus efeitos nefastos e nos excluirmos cada vez mais. Esse artigo tem o objetivo de contribuir e de somar esforços à reflexão da atual situação de exclusão digital que traz como consequência um novo tipo de exclusão social. Um tipo de exclusão muito sutil que muitas vezes nos escapa à percepção. É um fato novo com o qual ainda não estamos familiarizados, cujos

efeitos, muitas vezes imperceptíveis, vão se intensificando cada vez mais e distanciando o incluído digital do excluído, que por sua vez resultará em um novo tipo de excluído ou incluído social.

Para levar a cabo essa reflexão, foi exposto, ao longo do trabalho, o pensamento de três autores que descrevem o momento em que vivemos levando em conta aspectos distintos, mas que se relacionam entre si e nos faz ver as possibilidades que podemos criar dentro desse emaranhado de questões sobre o tema da inclusão digital como necessidade para a inclusão social na atual sociedade cada vez mais tecnologicizada.

Se buscou aqui expor o pensamento de autores que tanto expõem os problemas emergentes dessa sociedade como também mostram possibilidades de novas construções a partir da realidade em que vivemos hoje apontando possibilidades para nosso crescimento e desenvolvimento humano. Tratamos ao longo do artigo de temas como “Sociedade Rede”, Sociedade da Informação” e “Cibercultura” e como estão relacionados entre si. O objetivo foi o de evitar uma compreensão tendenciosa que leva o cidadão atual a demonizar as tecnologias ou ao contrário fazer verdadeiras apologias sem levar em conta seus problemas.

### **Sociedade Rede**

O termo “*Sociedade Rede*”, como conhecemos hoje, foi utilizado pela primeira vez por Jan A.G.M. van Dijk em 1991 em seu livro “*Network Society*” (*Sociedade em Rede*), primeiramente escrito em holandês e traduzido para o inglês em 1999. Neste trabalho, estamos utilizando sua segunda edição publicada em 2006. Em 1996 o sociólogo espanhol Manuel Castells iniciou a popularização e desenvolvimento do termo a partir da publicação, em inglês, do seu primeiro livro “*The Rise of the Network Society*” (*traduzido por Sociedade em Rede*) da trilogia “*The Information Age: Economy, Society and Culture*” (*A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*) (URBANO, 2012).

Jan A.G.M. van Dijk, cientista holandês em estudos da comunicação e professor de “Sociologia da Sociedade da Informação”, na Universidade de Twente, se dedica aos estudos da comunicação na sociedade atual há décadas. Foi um dos primeiros autores a tratar do fenômeno da “Sociedade Rede” e suas consequências sócio-comunicacionais que trazem como consequência a exclusão digital. Manuel Castells, sociólogo espanhol professor de Sociologia da Universidade de Berkeley, Califórnia, Estados Unidos, e da Universidade Aberta da Catalúnia, Barcelona, Espanha, também estuda o fenômeno “Sociedade Rede”, responsável pela popularização do termo estudou as relações de poder estabelecidas nessa nova sociedade entre governo e cidadãos com relação à informação.

Antes mesmo de Jan van Dijk definir o que vem a ser a Sociedade Rede como conhecemos hoje, esclarece que a humanidade sempre se comunicou através de redes, portanto, “as redes de comunicação são tão antigas quanto a humanidade” (DIJK, 2006, p. 21). Essa constatação do autor nos leva a inferir que as sociedades humanas sempre tiveram na comunicação em rede seu modo privilegiado de comunicação social e desenvolvimento. Nesse sentido podemos afirmar com segurança que a sociedade rede não surgiu no final do século XX com a internet, mas que surgiu com o desenvolvimento do ato de fala dos humanos e da necessidade de comunicação social.

Historicamente inventamos formas de comunicação a curta, média e longa distâncias para atendermos nossas necessidades individuais e sociais de interação. Para as comunicações atingirem maiores distâncias utilizávamos mensageiros, fossem eles aves, objetos ou seres humanos. Porém, “No fim do segundo milênio da Era Cristã, vários acontecimentos de importância histórica transformaram o cenário social da vida humana. Uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado”, o que tornou possível a sociedade atual (CASTELLS, 2002a).

O que de fato temos de novidade nesse sentido é que as redes sociais de hoje acrescentaram o aspecto virtual porque são constituídas de bits (NEGROPONTE, 1995). Foram os bits, como afirma o autor, que tornaram possíveis a comunicação eletrônica que temos hoje e, por isso, se tornaram tão rápidas e de dimensões planetárias, não se limitando aos sujeitos de uma mesma comunidade, de um mesmo bairro, de uma mesma cidade ou de um mesmo país. Chegamos assim, ao século XXI, mais próximos do que McLuhan nos anos de 1970 chamou de Aldeia Global (MCLUHAN; POWERS, 1993).

Porém, as mídias digitais não são como as mídias tradicionais, com as quais operávamos antes, elas cobram de todos nós um novo aprendizado que envolvem novas habilidades para seu domínio (DIJK; DEURSEN, 2010). Nos anos de 1970, antes mesmo de haver internet, com o uso de recursos eletrônicos, dizia McLuhan que “O homem eletrônico ao se encontrar diante de uma gama de informação simultânea, também se vê excluído cada vez mais do mundo (visual) mais tradicional e antigo. Foi submergido em uma nova forma de conhecimento, distante de sua habitual experiência ligada à página escrita” (MCLUHAN; POWERS, 1993, pp. 29-30).

O que o autor denominou como “o homem eletrônico” naqueles anos, hoje o identificamos como “o homem digital” como bem descreve Negroponte (1995), em seu livro “Ser Digital”. Seria aquele que já adquiriu não apenas habilidades para o uso de aparatos eletrônicos, mas de aparatos digitais

ou que estão no processo de aquisição. Esse ser digital vai se distanciando daqueles que ainda não dominam essas habilidades porque as relações sociais agora se estabelecem marcadamente em um entrelaçamento de redes sociais cara a cara, tradicionais, com as redes sociais virtuais, digitais atuais e não mais exclusivamente pelas redes sociais tradicionais. Como consequência, surge um novo tipo de excluído, os excluídos digitais, que se tornam um tipo novo de excluído social porque estão impedidos de participar como cidadão da nova “Sociedade Rede”.

Os recursos digitais disponíveis hoje nos favorecem a comunicação entre qualquer pessoa no planeta porque criamos uma sociedade virtual além de já dispormos de uma sociedade física. Vivemos hoje através da internet em uma comunidade virtual global que exige engajamento, inserção de todos os cidadãos. Criamos com isso um Ciberespaço que funciona virtualmente originando uma Cibersociedade. Nesse sentido, a inclusão social já não se limita a participar apenas da sociedade física, tradicional que conhecemos, mas inclui ser um cibercidadão, cujos novos modos de agir nos exige uma Cibercultura.

Pierre Levy escreveu que “Hoje em dia, um movimento geral de virtualização afeta não só a informação e a comunicação, mas também aos corpos, ao funcionamento econômico, aos marcos coletivos de sensibilidade, ou ao exercício da inteligência” (LÉVY, 1995, p. 7). Suas contribuições têm sido no sentido de nos alertar para as transformações pelas quais passaram nossa sociedade nos modos de informar e se comunicar a partir do final do século XX e como essa sociedade inaugurou o século XXI com modos de ser social diferentes das formas tradicionais anteriores. Para esse autor, estamos inaugurando novas formas de sermos humanos e disso não devemos nos furtar.

O que devemos fazer é apreender o virtual em toda sua plenitude e criarmos novas formas de vivermos em sociedade a partir dessa nova realidade. Devemos, portanto, compreender o que vem a ser a virtualização, devemos descobrir como podemos nos tornar mais humanos com ela e de que maneira podemos participar dela de forma ativa como protagonistas desse processo e não como espectadores ou apenas detratores do processo de virtualização pelo qual estamos passando. Com respeito a esse último ponto, o autor afirma que “... devemos distinguir, por um lado, entre uma virtualização em processo de invenção e, por outro, suas caricaturas alienantes, coisificantes e desqualificantes” (LÉVY, 1995, p. 8).

Com respeito à ideia de assumirmos um protagonismo efetivo frente às transformações por que passa nossa sociedade, alguns estudiosos sinalizam para algumas possibilidades que emergem com esse novo momento de nossa sociedade. Entre tais possibilidades se encontram a emergência de

novos modos de trabalho, novas profissões, o que poderíamos considerar como uma nova forma específica de inclusão social a partir da inclusão digital que ocorre através do exercício de novas profissões próprias do espaço virtual. Nesse sentido, alerta também para o fato da desigualdade social na “Cibercultura” (LÉVY, 1999) que traz como consequência a exclusão digital. Podemos afirmar, a partir das abordagens dos três autores citados, que a “Inclusão Digital” passou a se apresentar como uma nova condição necessária para a inclusão social na “Sociedade Rede” ou “Cibersociedade”.

Para Juan Ángel Jodar Marín, investigador espanhol profissional de Comunicação Audiovisual e professor da Universidade de Cádiz, Espanha, essa nova realidade tecnológica em que vivemos traz em si muitas novidades e oportunidades. Um novo modelo econômico que, por sua vez, demanda novas formas de produção e sociabilidade fazendo surgir novos tipos de indústrias e produtos nunca vistos antes necessita de novos perfis profissionais e de novas profissões (MARÍN, 2010). Nesse sentido, o autor sinaliza para transformações necessárias no conteúdo transmitido pela escola durante os processos de formação em geral e profissional, especificamente.

Podemos afirmar a partir do exposto que a inclusão social hoje demanda maior complexidade que em décadas anteriores na medida que a inclusão digital passa a ser indispensável para podermos desfrutar tudo o que as sociedades tecnologicamente avançadas propiciam. É a Inclusão Digital, em grande medida, responsável pela participação efetiva dos cidadãos e cidadãs na sociedade atual, denominada “Sociedade Rede” por uns, e por outros, “Sociedade da Informação”, “Sociedade do Conhecimento” e “Cibersociedade”. Mas nem todos estão em condições iguais de realizar essa inserção de imediato.

Marc Prensky observou que nossa sociedade está composta atualmente por dois tipos de cidadãos e cidadãs. Para ele, havia emergido em nossa sociedade um grupo de “nativos digitais” que se distanciava cada vez mais do outro grupo por ele denominado “imigrantes digitais”. Na época o autor queria descrever quão diferentes se tornaram as novas gerações nascidas após a invenção dos computadores pessoais, da internet, dos jogos eletrônicos e dos celulares de última geração e quão inadequada havia se tornado a educação oferecida por seus professores, os “Imigrantes Digitais”, até então (PRENSKY, 2001a).

Afirmava o autor que as crianças que nasceram na segunda metade da década de 1990 tinham uma forma de aprender diferente se comparadas às gerações anteriores. Eram mais rápidas e intuitivas, bem ajustadas às novas tecnologias, consequência de estas já terem nascido em um entorno

propício, um entorno virtual e digital, que na medida em que foram interagindo com os recursos digitais em seu entorno suas atividades cerebrais foram modeladas e já não são como as de seus professores ou seus pais, os “Imigrantes Digitais”, que ao contrário, aprendiam e pensavam analogicamente, analisando sobre o que aprendiam e, portanto, eram mais lentas no manuseio das tecnologias digitais (PRENSKY, 2001b).

Apesar de Prensky ter recebido críticas com relação à falta de precisão conceitual dos dois termos criados por ele, tais termos, serviram de alerta a todos os educadores e pais imersos nessa nova realidade social. Compreendeu-se que Prensky tinha razão em enfatizar as diferenças que percebia na forma de atuar dos novos alunos e dos velhos professores. A Educação e os Educadores de todo mundo onde há o emprego massivo de tecnologias digitais ficou ciente que tinha que mudar a forma de educar dos chamados “Nativos Digitais”. Mas como? A partir desse momento os denominados “Imigrantes Digitais” foram tomando consciência da falta de formação profissional em TICs para atuar no processo de ensino aprendizagem de modo mais condizente com as novas necessidades.

A desigualdade com respeito ao acesso e ao uso das tecnologias digitais na Era Digital vem sendo estudada desde o início da década de 1990, por Jan van Dijk. Em seu livro “Sociedade Rede” denomina como “Digital Divide” a distância que vai se estabelecendo entre aqueles que podem usufruir tais tecnologias dos que não podem. Outro aspecto da “Sociedade Rede” foi observado por Manuel Castells (2002b). Segundo esse autor, a intensidade da manipulação da informação por parte dos governos com relação aos seus cidadãos é muito intensa. O aspecto observado por van Dijk e o aspecto observado por Castells são de uma mesma realidade: a Democracia Digital (HACKER; DIJK, 2000).

Na primeira década do século XXI o tema da desigualdade continua sendo estudado e denunciado, ganha novos contornos na “Sociedade Rede” e assume outras características da desigualdade. Assim os autores que se preocupam com o tema se referem a ela de acordo com o aspecto que colocam em evidência. O termo “Digital Divide”, traduzido para o espanhol por “Brecha Digital”, não recebeu uma tradução específica no Brasil, ele é estudado pelos brasileiros no sentido da desigualdade que contém pelo termo “Exclusão Digital” o que demanda uma busca pela “Inclusão Digital” ou “Infoinclusão”.



## Conclusões

O que podemos considerar sobre o que foi exposto nesse trabalho é que apesar de que o termo “Digital Divide” não ter uma tradução literal para o Brasil, porque nem sempre quando um termo é traduzido guarda consigo no idioma traduzido seu sentido exato, a exatidão do sentido da desigualdade contida no fenômeno é compreendida em todas as línguas no mundo e por isso estudada e combatida. Seus efeitos nefastos que atentam contra a participação de modo igual por todos os cidadãos na “Sociedade Rede” são consequência de nosso modelo de sociedade, capitalista e pseudo inclusiva, que por isso tem enfrentado o problema da inclusão digital porque não é uma sociedade para todos, mas para poucos.

O Estado através da Educação tão pouco tem favorecido o processo de Inclusão Digital dos seus cidadãos. Não cria as condições necessárias para esse fim deixando que cada cidadão seja responsável por seu próprio processo de Inclusão Digital. O estado não cria políticas específicas para favorecer o processo de Inclusão Digital. A Escola, principal agencia de transmissão da cultura moderna, não está sintonizada com as novas demandas de educação e falha na falta de oferta de uma educação compatível com a Era Digital.

Resta ao cidadão se tornar responsável por sua própria Inclusão Digital, como já vem fazendo com dificuldades de toda natureza, dificuldades com infraestrutura e boa condição financeira para adquirir aparatos de tecnologia atualizada. O cidadão comum tem que superar sozinho obstáculos de acesso e uso das TICs de responsabilidade de um governo que zela pelos cidadãos do país que governa. Esperamos que essa realidade vá sendo denunciada cada vez mais para que, quem sabe um dia, mudar para melhor.

## Referências Bibliográficas

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede: a era da informação-economia, sociedade e cultura-vol.1.** 6. ed. São Paulo, Brasil: Paz e Terra, 2002a.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede.** São Paulo: Paz e Terra, 2002b.

DANIEL BELL. Introducción. En: **El advento de la sociedad port-industrial: un intento de prognosis social.** Madrid, España: Alianza Editorial, 1976. p. 17-65.

DANIEL BELL. Prefácio. En: **Las contradicciones culturales del capitalismo.** Madrid, España: Alianza Editorial, 1977.

DIJK, J. VAN. **The Network Society: Social Aspects of New Media.** 2<sup>a</sup> ed. London: Sage Publications, 2006.

DIJK, J. VAN; DEURSEN, A. VAN. **Traditional media skills and Digital media: much of a difference?** ICA Conference. **Anais...**Sigapura: 2010Disponível em:

<<https://www.researchgate.net/publication/228982382>>

HACKER, K. L.; DIJK, J. VAN. Introduction and History: what is Digital Democracy? En: **Digital Democracy: issues of theory and practice**. London: Sege Publications, 2000.

LÉVY, P. **¿Qué es lo virtual?** Buenos Aires, Argentina: Paidós, 1995.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo, Brasil: Editora 34, 1999.

MARÍN, J. Á. J. LA ERA DIGITAL: nuevos medios, nuevos usuarios y nuevos profesionales. **Razón y Palabra-Estudios cinematográficos: revisiones teóricas y analisis**, n. 71, 2010.

MCLUHAN, C.; POWERS, B. R. **Aldea Global**. 2ª ed. Barcelona, España: Editorial Gedisa, 1993.

NEGROPONTE, N. **Ser digital**. Buenos Aires, Argentina: Editorial Atlantida, 1995.

PRENSKY, M. Digital Natives, Digital Immigrants Part I. **On the Horizon**, v. 9, n. 5, p. 1-6, 2001a.

PRENSKY, M. Digital Natives, Digital immigrants Part II: Do they really think differently? **On The Horizon**, v. 9, n. 6, p. 1-6, 2001b.

URBANO, E. S. Telecentros: Artefactos de innovación al servicio de la democracia en la sociedad red. **Revista Chilena de Administración Pública**, v. 19, p. 103-137, 2012.

